

**Para assessoria da secretária de saúde (saudeimprensa@prefeitura.sp.gov.br)**

*Assunto: Pedido de posicionamento – atendimento em caso de aborto legal*

Prezada equipe,

No Portal Catarinas, recebemos depoimento de uma vítima de violência sexual que buscou acesso ao aborto legal nos hospitais Campo Limpo e Mário Degni. Diante das informações relatadas, gostaríamos de oferecer espaço para manifestação das instituições envolvidas.

Solicitamos orientação sobre o encaminhamento das questões: elas devem ser direcionadas diretamente às assessorias dos hospitais mencionados ou à Secretaria Municipal de Saúde?

Caso a interlocução deva ser feita com as assessorias dos próprios hospitais, pedimos, por gentileza, o envio dos contatos responsáveis para que possamos prosseguir com a apuração.

Agradecemos desde já pela atenção e permanecemos à disposição.

Atenciosamente,

-----

Olá, obrigada pelo retorno!

O telefone para contato é 48 xxxx-xxxx - Paula Guimarães

Por questões de segurança, não iremos compartilhar dados pessoais da paciente.

Pedimos, por gentileza, que as respostas sejam enviadas até às 12h da quarta-feira (25 de junho), para que possamos incluí-las com o devido destaque no material.

A paciente relata que procurou os serviços de aborto legal nas instituições e passou pelas seguintes situações, às quais gostaríamos de obter esclarecimentos:

### **Para o Hospital Campo Limpo:**

1. A paciente afirma que foi atendida inicialmente na ala destinada a vítimas de violência sexual, onde realizou exames e foi ouvida por profissionais da psicologia e do serviço social. No entanto, o procedimento de aborto não foi realizado sob a justificativa de que seria necessário uso de assistolia, técnica que, segundo a equipe, não é realizada na unidade.

**Pergunta:** O Hospital Campo Limpo estabelece limite gestacional para a realização do procedimento de interrupção legal da gestação? Há protocolos que limitam a

realização do procedimento com base na técnica utilizada (ex: assistolia)? Em caso afirmativo, qual o limite e por quê?

2. A paciente afirma que teve que relatar repetidamente o caso de violência sexual às profissionais de psicologia e assistência social do Hospital Campo Limpo, sem saber que isso voltaria a ocorrer no hospital de referência seguinte. Mesmo tendo que fazer o relato, o serviço não foi garantido.

**Pergunta:** Quais são os protocolos adotados pelo hospital para evitar a revitimização de pacientes durante o processo de atendimento?

3. A paciente afirma que foi encaminhada ao Hospital Mário Degni com a promessa de que seu relato seria repassado para evitar nova exposição. No entanto, isso não ocorreu.

**Pergunta:** Existe algum fluxo institucional para o compartilhamento de relatos e documentação entre hospitais da rede municipal para evitar a repetição de relatos sensíveis? Em caso positivo, como esse protocolo aborda questões relativas ao sigilo profissional?

4. Em situações em que a violência sexual envolva retirada não consentida de preservativo (stealthing), o hospital reconhece essa circunstância como uma forma de violência apta a garantir o acesso ao aborto legal, conforme previsto pela legislação brasileira?

---

### **Para o Hospital Mário Degni:**

4. A paciente relata que, ao chegar à unidade, teve que repetir seu relato completo à psicóloga, à assistente social e ao médico, mesmo tendo sido informada de que o caso já havia sido repassado pelo Hospital Campo Limpo.

**Pergunta:** Por que o hospital solicitou que a paciente repetisse o relato? Não há intercâmbio de informações entre hospitais da rede municipal para evitar revitimização em casos de violência? Qual o protocolo adotado quando uma paciente chega por meio do encaminhamento de um outro serviço de saúde?

5. Ela relata que a assistente social teria reagido com deboche quando ela respondeu que não se lembrava do horário exato da violência.

**Pergunta:** Como o hospital responde a esse tipo de acusação? Existe capacitação contínua para profissionais que lidam com vítimas de violência sexual?

6. A paciente também relata que, mesmo após autorização do procedimento e assinatura dos documentos, continuou sendo pressionada por profissionais do hospital para desistir, especialmente por parte da psicóloga e de uma enfermeira.

**Pergunta:** O hospital pode esclarecer se há algum protocolo que prevê abordagens sucessivas após a decisão da paciente? Como o hospital assegura que profissionais

não exerçam pressão indevida sobre mulheres que têm direito ao aborto legal?

7. A paciente relata que não foi resguardada por biombo durante a administração da medicação para interrupção da gestação.  
**Pergunta:** Há normas internas que garantem privacidade e dignidade da paciente durante o procedimento? Existe uma ala que separe pacientes que estão em trabalho de parto e aquelas que estão passando por um procedimento de aborto?
  8. Em situações em que a violência sexual envolva retirada não consentida de preservativo (stealth), o hospital reconhece essa circunstância como uma forma de violência apta a garantir o acesso ao aborto legal, conforme previsto pela legislação brasileira?
  9. A paciente relatou que seu caso foi encaminhado para a polícia sem o seu consentimento. Qual o protocolo adotado pelo Hospital para esse tipo de acionamento policial? Quais são as profissionais que podem acessar o prontuário de uma paciente e quais orientações elas recebem sobre a autorização para compartilhamento dessas informações?
  10. A paciente também relata que o seu atendimento contou com a presença de residentes e que se sentiu desconfortável com a situação. Qual o protocolo adotado pelo Hospital em caso de visitas acompanhadas de residentes? Há previsão de que a paciente expresse seu consentimento sem a presença dos residentes?
- 

Estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida adicional.

Atenciosamente,